

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – CIÊNCIA POLÍTICA

LEONARDO TEIXEIRA MARTINS

**Eleições para Deputado Federal e Estadual na Fronteira Oeste em 2014:
Uma análise comparativa da votação dos partidos**

São Borja
2016

LEONARDO TEIXEIRA MARTINS

**Eleições para Deputado Federal e Estadual na Fronteira Oeste em 2014:
Uma análise comparativa da votação dos partidos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Júnior Damin

**São Borja
2016**

LEONARDO TEIXEIRA MARTINS

**Eleições para Deputado Federal e Estadual na Fronteira Oeste em 2014:
Uma análise comparativa da votação dos partidos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 12/12/2016.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Júnior Damin
Orientador
UNIPAMPA

Prof^a. Dr^a. Angela Quintanilha Gomes
UNIPAMPA

Prof. Dr. Thiago Sampaio
UNIPAMPA

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a meus pais que sempre que possível deram forças e me apoiaram para que eu conseguisse chegar ao fim desta caminhada.

Além disso, gostaria de agradecer aos meus colegas de curso e a todos os amigos que fiz dentro da Universidade.

Em especial as minhas amigas e colegas que sempre estiveram junto comigo, Caroline Miranda e Fernanda Schmökel. Por influência dessas duas pessoas maravilhosas consegui passar por cima das adversidades que apareciam ao decorrer do curso e assim me motivar a chegar ao final desta etapa. Além disso, me tornaram uma pessoa melhor, que será sempre grato pelos momentos vividos juntos.

Agradeço também aos professores do curso que sempre mostraram-se grandes profissionais. Além disso, agradeço principalmente ao meu orientador, Prof. Dr. Cláudio Damin, que esteve comigo na maior parte do curso, sempre me apoiando e me ensinando como ser um grande profissional independentemente da carreira que eu vá seguir daqui pra frente.

Enfim, agradeço a todos que passaram pela minha vida durante essa etapa tão importante que finda-se.

RESUMO

O presente trabalho analisa a votação dos partidos na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, nas eleições para Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa em 2014. Assim, necessitamos entender como se caracterizava o comportamento do eleitor e como funciona o sistema de representação proporcional. Assim, utilizamos a metodologia quantitativa, a partir da análise dos dados eleitorais da eleição para Deputado Federal e Estadual do Rio Grande do Sul em 2014. A partir disso, foram analisados os votos direcionados aos partidos políticos na região. Foram comparadas as votações dos partidos nas disputas das duas casas Legislativas analisadas, para perceber se há um padrão do voto partidário nos municípios da Fronteira Oeste gaúcha. Ainda, para realização da análise, foram feitas correlações das votações dos partidos nos municípios e calculada a variação entre a votação dos partidos políticos na eleição para Deputado Federal e Deputado Estadual. Desta forma, trabalhamos com a hipótese de que não se observará características de voto partidário nas votações para Deputado Federal e Estadual, devido à baixa identificação partidária, que fortalece a prática do personalismo.

Palavras-Chave: Eleições; Deputado Federal; Deputado Estadual; Rio Grande do Sul; Fronteira Oeste.

ABSTRACT

The present paper analyzes the voting of the parties in the West Frontier of Rio Grande do Sul, the elections to the House of Representatives and the Legislative Assembly in 2014. So, we need to understand how the behavior of voters was characterized and how the proportional representation system works. Thus, we used the quantitative methodology, based on the analysis of the electoral data of the election for Federal and State Deputy of Rio Grande do Sul in 2014. That way, the votes directed to the political parties in the region were analyzed. The parties' votes were compared in the disputes of the two Legislative houses analyzed, in order to determine if there is a pattern of partisan vote in the municipalities of the West Frontier of Rio Grande do Sul. Also, to carry out the analysis, correlations were made of the parties' votes in the municipalities and the variation between the voting of the political parties in the election to the Federal Deputy and State Representative was calculated. In this way, we work with the hypothesis that party voting characteristics will not be observed in the votes for Federal and State Deputy, due to the low party identification, which strengthens the practice of personalism.

Keywords: Elections; Congressman; State Deputy; Rio Grande do Sul; West Frontier.

LISTA DE FIGURAS

Figura I - Mapa Administrativo dos Municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.....	26
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Partidos mais representativos na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa do RS	28
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Correlações da votação para Deputado Federal e Deputado Estadual com todos os partidos conforme o tamanho dos municípios.....	31
Tabela II – Votações e posição dos partidos na eleição Deputado Federal e Deputado Estadual no município de Manoel Viana.....	33
Tabela III – Votações e posição dos partidos na eleição Deputado Federal e Deputado Estadual no município de Itaqui.....	34
Tabela IV – Correlações da votação para Deputado Federal e Deputado Estadual sem os partidos menos relevantes conforme o tamanho dos municípios.....	36
Tabela V – Correlações da votação para Deputado Federal e Deputado Estadual sem outliers conforme o tamanho dos municípios.....	37
Tabela VI – Correlações por Bloco Ideológico entre a votação para Deputado Federal e Deputado Estadual.....	38
Tabela VII – Quantidade de Partidos conforme o nível da variação na votação para Deputado Federal e Deputado Estadual nos municípios (%)......	40
Tabela VIII – Variação dos partidos na votação para Deputado Federal e Estadual na Fronteira Oeste.....	43
Tabela IX – Variação do PDT entre a votação para Deputado Federal e Estadual nos municípios da fronteira oeste.....	44
Tabela X – Variação do PT entre a votação para Deputado Federal e Estadual nos municípios da Fronteira Oeste.....	45
Tabela XI – Variação do PP entre a votação para Deputado Federal e Estadual nos municípios da Fronteira Oeste.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COREDE - Conselho Regional de Desenvolvimento
DEM – Democratas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEN – Partido Ecológico Nacional
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPL – Partido Pátria Livre
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PV – Partido Verde
RS – Rio Grande do Sul
SD – Solidariedade

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
2. O comportamento do eleitor e o sistema de representação proporcional.....	15
2.1. Comportamento do eleitor.....	15
2.1.1. As perspectivas teóricas	16
2.1.2. As características dos tipos de eleitor	18
2.2. Sistema de Representação Proporcional.....	20
3. A Eleição de 2014 na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul	26
3.1. As correlações da votação entre Deputado Federal e Estadual	29
3.2. A variação da votação entre Deputado Federal e Estadual.....	39
4. Considerações Finais	50
5. Referências	53

1. Introdução

O presente trabalho tratará das eleições proporcionais para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, sendo analisado o pleito do ano de 2014. Servirão como base para análise desta pesquisa os treze municípios pertencentes ao Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Fronteira Oeste. Trata-se dos municípios de Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

Sendo assim, serão analisados como princípio norteador os votos direcionados aos Partidos Políticos nesta região. Verificando se há a presença de correlação na votação dos partidos nas disputas para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa. Assim, será utilizada a soma dos votos nominais e de legenda direcionados aos partidos.

Para que sejam realizadas tais correlações, foram coletados e analisados dados eleitorais da eleição para Deputado Federal e Estadual no Rio Grande do Sul, que são disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Assim, serão comparadas as votações para as duas casas Legislativas analisadas, para perceber se há um padrão do voto partidário nos municípios da Fronteira Oeste gaúcha.

Considerando as duas eleições adotadas, para Deputado Federal e para Deputado Estadual, o que caracteriza essa escolha é que as duas são eleições proporcionais com lista aberta. Possibilitando uma análise comparativa dos dados eleitorais na votação entre os dois cargos, visto que ambos possuem um número elevado de partidos políticos concorrendo.

Além disso, podemos ressaltar alguns itens para que a pesquisa seja realizada. O principal deles seria para um fortalecimento de bibliografia relacionada à região. Este trabalho depois de finalizado viria para somar e contribuir no que diz respeito às análises eleitorais da Fronteira Oeste, aprofundando o conhecimento a respeito das propriedades políticas inseridas nessa região do Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa poderá servir, ainda, para que demais pesquisadores com interesse em pesquisas de âmbitos subnacionais a utilizem como base para novos trabalhos. Assim, agregará conhecimento para que novos pesquisadores tenham mais trabalhos como sustentação aos seus trabalhos.

Considerando a importância para a Ciência Política, nosso trabalho virá somar aos estudos sobre eleições em esferas subnacionais, em especial aos trabalhos dessas temáticas no Rio Grande do Sul. Ainda podemos ressaltar um interesse próprio do pesquisador em realizar essa pesquisa, mostrando uma preocupação em realizar um estudo distinto buscando uma lacuna das pesquisas sobre eleições no Brasil.

Assim, o presente trabalho possui traços inovadores, com uma forma de análise dificilmente encontrada em outras bibliográficas. Ao passo que, no que diz respeito à literatura da Ciência Política trabalhos que buscam estudar comparativamente duas eleições proporcionais Legislativas não são realizados com frequência. Além do mais, o modo como foi realizado o trabalho, baseando-se em correlações e análise de variação do voto para identificar a existência de traços personalistas do eleitorado brasileiro também não é muito frequente.

Diante disso, a hipótese principal do trabalho é de que não se observará características de voto partidário na votação entre as duas casas Legislativas analisadas, devido a baixa identificação partidária, que fortalece a prática do personalismo. Diante disso, não teremos na Fronteira Oeste uma similaridade entre o voto dos partidos, pois o eleitorado tende a votar a partir dos atributos pessoais de imagem dos candidatos, ignorando a organização partidária que ele representa.

Para que possa tentar comprovar nossa hipótese, utilizamos a metodologia quantitativa, a partir da análise dos dados eleitorais da eleição para Deputado Federal e Estadual do Rio Grande do Sul em 2014. Como já foi indicada, a análise dessa eleição terá como recorte espacial a Fronteira Oeste gaúcha, sendo considerados os treze municípios pertencentes à mesma.

Como o trabalho foi formado, sobretudo, pelos dados da eleição de 2014, fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, o método estatístico foi de fundamental importância para a realização da análise dos dados. Portanto, foi construído um banco de dados no Excel. Concluída a construção do banco, os dados receberam tratamento estatístico a partir do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), que realizou as correlações presentes na pesquisa.

Além do mais, foi utilizado o método bibliográfico para um bom embasamento teórico. E especialmente no que diz respeito às características dos eleitores brasileiros e sobre o sistema de representação proporcional, que dita as regras das eleições para Deputado Federal e Estadual no Brasil.

Desta forma, o trabalho foi dividido em duas partes além desta introdução. O primeiro capítulo refere-se ao comportamento do eleitor e sobre o sistema de representação proporcional. Já o segundo capítulo foi destinado às análises das correlações realizadas e da análise da variação entre a votação dos partidos políticos na eleição para Deputado Federal e Estadual.

Portanto, em nosso primeiro capítulo, trouxemos inicialmente questões referentes ao comportamento do eleitor no Brasil presentes na literatura. Assim, foram abordadas perspectivas teóricas que serviram como base a caracterização de alguns tipos de eleitor que são indicados pela literatura da Ciência Política brasileira. Após as perspectivas, expusemos esses tipos de eleitor que são encontrados no contexto eleitoral brasileiro.

O primeiro capítulo conta com mais um item, referindo-se ao sistema de representação proporcional vigente no Brasil nas eleições para Deputado Federal e Estadual. Ressaltamos neste tópico o modo de institucionalização deste sistema de representação.

No segundo capítulo, foi analisada primeiramente a presença de correlações entre as votações dos partidos para Deputado Federal e Estadual nos municípios da Fronteira Oeste do RS. Para a realização dessas correlações, os municípios foram divididos conforme o tamanho populacional.

A partir disso, foram desenvolvidas três formas de correlações, sendo a primeira com todos os partidos votados nos municípios. Na segunda, retiramos os partidos que consideramos irrelevantes, ou seja, que não receberam ao menos 1% de votação em ao menos um dos cargos. Por fim, na terceira e última correlação realizada, foram retirados os casos que foram considerados *outliers*. Essas diferentes correlações foram feitas para que fosse observada a presença de casos que pudessem enviesar nossas correlações.

Por fim, o último item do segundo capítulo é focalizado na observação da magnitude da variação na votação dos partidos entre a disputa dos dois cargos abordados no trabalho. Assim, poderá ser observada a diferença percentual entre as votações dos partidos nas disputas para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa.

Por fim, nas considerações finais são apresentados os resultados de nossa pesquisa. Explanando nossos achados acerca da identificação partidária do eleitorado que foram encontrados em nossas correlações e variações.

CAPÍTULO I

2. O comportamento do eleitor e o sistema de representação proporcional

Neste capítulo trabalharemos alguns conceitos básicos para a compreensão de nosso tema. Possuindo como foco principal a questão do comportamento do eleitor e no sistema de representação proporcional, ressaltando questões importantes especialmente acerca das características do personalismo brasileiro nas eleições.

A seção referente ao comportamento do eleitor abordará três perspectivas teóricas apontadas pela literatura. Essas perspectivas foram utilizadas para a gênese de trabalhos que serviram para indicar o comportamento do eleitor brasileiro. Na sequência, serão ressaltadas as características dos “tipos de eleitor” presentes na literatura da Ciência Política, que foram caracterizados a partir das perspectivas expostas.

A seção subsequente tratará do sistema de representação proporcional, discutindo qual é o formato desse sistema adotado no Brasil. A partir disso, ressaltamos questões sobre a lista aberta e coligações, que são fatores influentes na institucionalização do sistema de representação proporcional. Além disso, será abordado o voto nominal e de legenda, conseqüentemente trazendo ao foco da discussão a preferência pessoal que acaba sendo induzida pelo modelo de representação adotado.

2.1. Comportamento do eleitor

Levando em consideração nossa hipótese de trabalho, que é a possibilidade da existência de uma similaridade entre a votação dos partidos para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul na Fronteira Oeste, necessitamos saber como tende a votar eleitor brasileiro. Diante disso abordaremos algumas perspectivas, que resultaram em tipos de eleitores que nos ajudarão a observar o comportamento do eleitor brasileiro perante as urnas. Visto que, ao longo dos anos foram realizados alguns trabalhos com o intuito de compreender como o eleitorado escolhe seu candidato.

Portanto, iniciaremos esta seção tratando de três perspectivas que surgiram para tentar esclarecer o comportamento eleitoral baseando-se no trabalho “O eleitor Brasileiro” de Radmann (2001): a perspectiva sociológica; a perspectiva psicológica; e a teoria da escolha racional.

Logo em seguida discutiremos os vários “tipos de eleitor” do comportamento eleitoral, que se fazem presentes no cenário brasileiro no decorrer dos últimos anos, utilizando como base principal o trabalho realizado por Radmann (2001).

2.1.1. As perspectivas teóricas

Com o intuito de identificar as características do eleitorado brasileiro, a literatura sobre o comportamento eleitoral deteve-se especialmente em três perspectivas:

- Sociológica
- Psicológica
- Teoria da escolha racional

Essas perspectivas serviram como base para que fossem identificadas as características dos tipos de eleitor que serão abordados nesta seção do trabalho.

Assim, segundo Radmann (2001), a perspectiva sociológica parte do contexto social do grupo e utiliza um princípio universalizado para a análise. Diante disso, para a sociologia, os fatores socioeconômicos, culturais e da estrutura de classe são de extrema importância para a formação de grupos sociais. Deve-se salientar que as decisões do indivíduo estão relacionadas ao contexto dos grupos sociais. Esses segmentos sociais se expressam conforme os partidos políticos que se identificam e a sua participação política depende das interações sociais diante de uma conjuntura.

A sociologia política, segundo Figueiredo (1991), preocupa-se com as condições sociais que constituem o contexto no qual as instituições, as práticas, as ideologias e os objetivos políticos se formam e atuam, onde se faz necessário conhecer o contexto social e político: “onde esses eleitores vivem e como vivem nesse contexto” (FIGUEIREDO, 1991 *apud* RADMANN, 2001, p. 11).

Ressalta-se que a situação semelhante de indivíduos tende a aproximá-los, aumentando a probabilidade de interagirem entre si. Radmann (2001) enfatiza que os indivíduos pertencentes aos mesmos grupos - tais como família, igreja, trabalho, amigos ou vizinhança - possuem uma tendência a seguir valores sociais análogos

aos do seu grupo, conseqüentemente, sua percepção política e seu comportamento político tende a ser similar ao do grupo.

Em contraponto, a perspectiva psicológica possui como base de análise o indivíduo e sua motivação psicológica. Radmann (2001) apresenta que nesta abordagem o contexto social não tem importância, o comportamento eleitoral é baseado no sistema de crenças dos indivíduos e na sua estrutura de personalidade.

Essa perspectiva tem como necessidade inicial, saber como os indivíduos idealizam a sua existência social, como ocorre individualmente o processo de estruturação de suas opiniões que indicam sua decisão e ainda como os indivíduos entendem a organização de sua sociedade e suas relações sociais. Vale ressaltar que nesta perspectiva a identificação partidária ocorre a partir de crenças, sentimentos e laços afetivos e não por conta de laços ideológicos ou pragmáticos como aponta Radmann (2001).

A terceira e última perspectiva é a teoria da escolha racional. Essa teoria parte do pressuposto de que os indivíduos sempre buscam racionalmente maximizar seus ganhos. Assim, o condicionante do voto é baseado na identificação partidária e o eleitor utiliza da ideologia como um atalho cognitivo para minimizar os seus custos decisórios (DOWNS, 1999).

Além do mais, segundo Downs (1999) é necessário que os partidos mantenham ações coerentes em relação a sua ideologia desenvolvendo-se sem esquecer os atos anteriores do partido. Sem isso é quase impossível pressupor uma votação racional. Portanto, para conseguir os votos os partidos devem ser responsáveis e ter alguma honestidade tanto às políticas que são propostas, quando às suas ideologias defendidas. Assim, o eleitor consegue utilizar do partido e da ideologia como seu atalho cognitivo para a decisão.

Portanto, para a teoria da escolha racional o eleitor possui uma decisão racional individual, onde tende a se comportar como um consumidor de mercado, onde busca sempre diminuir os seus custos e maximizar seus ganhos (DOWNS, 1999). Assim, essa teoria parte do pressuposto de que o eleitor decide a partir de diversas alternativas, aquela que será mais benéfica para si. Desta forma, torna o seu voto racional, já que distingue o partido por meio de uma ideologia, poupando o custo para manter-se informado sobre questões que lhe interessam.

2.1.2. As características dos tipos de eleitor

As diferentes perspectivas abordadas acima serviram como base para a identificação do comportamento eleitoral brasileiro. Juntamente com elas foi agregada recentemente a perspectiva antropológica, que busca compreender as eleições, o voto e os fenômenos correlatos, como destaca Radmann (2001). Essas perspectivas serviram como suporte para que fossem identificados os diversos tipos de eleitor que Radmann (2001) caracteriza em seu trabalho.

Os tipos de eleitores abordados pela autora são:

- O eleitor personalista e pragmático;
- O eleitor tipo flamengo;
- O eleitor sofisticado;
- O eleitor antropológico não-político;
- O eleitor brasileiro;
- O eleitor intuitivo, não-racional;
- O eleitor ideológico.

O “eleitor personalista e pragmático” possui relação com o contexto político vivido pelo eleitor, possuindo influência na escolha do voto. Assim, havendo maior propensão do voto personalista e o comportamento pragmático do eleitor, que passa a avaliar a administração dos seus governantes para selecionar seu candidato, seguindo uma lógica de natureza pragmática (BAQUERO, 1997 *apud* RADMANN, 2001).

O “eleitor tipo flamengo” é uma imagem do eleitor brasileiro, criada por Reis (1988). Esse tipo de eleitor é caracterizado pelas classes populares. A conceituação do eleitor tipo flamengo está ligada a questão da identidade, segundo o autor. A identidade é expressa no ato do voto, correspondendo um nível de informação e envolvimento político do eleitor. Além disso, a identidade do eleitor varia igualmente conforme o seu grau de ideologia política.

O “eleitor sofisticado” diz respeito a um conjunto de variáveis segundo Radmann (2001), como: o interesse por política, o sua inclusão no processo eleitoral, a exposição ao programa eleitoral gratuito na televisão e o grau de informação a respeito dos candidatos à presidência. Diante disso, o nível de sofisticação do eleitor localiza-se nas camadas de alta posição social (CASTRO, 1994 *apud* RADMANN, 2001).

O “eleitor antropológico não-político”, utiliza-se da perspectiva antropológica para analisar o comportamento do eleitorado diante das eleições. Segundo a autora existe uma divisão entre o universo político e o não-político (MAGALHÃES, 1998 *apud* RADMANN, 2001). O político refere-se aos eleitos e o não-político diz respeito ao eleitorado, que “votam a partir de sua lógica e em conformidade com seus interesses” (RADMANN, 2001).

O comportamento do “eleitor brasileiro” varia de acordo com a sua região de origem. Porém, esse tipo de eleitor caracteriza-se principalmente por possuir um alto grau de desinteresse e desconhecimento pela política. Portanto, esse eleitor, ao passo que não se interessa por política, tende a ser mais ligado à imagem do candidato, que quanto mais positiva, maiores as chances de convencer o eleitor a votar nele (ALMEIDA, 1998 *apud* RADMANN, 2001).

O “eleitor intuitivo, não-razional”, segundo Silveira (1994), possui características “fracamente racionais e fortemente emocional”, definindo sua escolha a partir da identificação com determinados candidatos. Desta forma, o eleitor tende a basear-se em “elementos de sua sensibilidade e capacidade de experimentar e julgar sentimentos e emoções” (RADMANN, 2001, p. 97).

Dito isto, Silveira (1994) ressalta que para o eleitor intuitivo, sua escolha é definida com base no candidato e não no partido, porém:

[...] não se trata de um voto personalista na antiga acepção, como um voto dado em função de admiração/devoção pessoal, de subordinação ao chefe político local, de fidelidade pessoal, de tradição familiar, regional ou de pertencimento à reduto eleitoral (SILVEIRA, 1994, p. 104).

A partir disso, Silveira (1994), ressalta que a orientação do voto do eleitor intuitivo está muito mais relacionada a uma decisão considerada individual, não atendendo às características do seu grupo social. Nesse contexto, o eleitor intuitivo torna-se instável, impossibilitando uma predição do comportamento eleitoral, aumentando as condições de incerteza eleitoral (RADMANN, 2001).

Por fim, o “eleitor ideológico” é caracterizado-se pelo posicionamento ideológico do eleitor, baseando-se no conhecimento intuitivo em forma de sentimentos que constituem posições ideológicas dos indivíduos. Diante disso, o eleitor saberia como se posicionar ideologicamente, possuindo como alicerce a identificação ideológica, que mesmo não sendo tão relevante quanto o nível de identificação partidária,

possui importância do ponto de vista correlativo (SINGER, 2000 *apud* RADMANN, 2001).

A partir desses tipos de eleitor enfatizados, é possível perceber que em geral as características do eleitorado brasileiro, possui um caráter mais personalista do que partidário, ou ideológico. Assim, teríamos um eleitorado que não leva em consideração a sigla partidária que o candidato representa para a decisão da sua escolha. Apenas importando a própria imagem pessoal do candidato e não instituição que ele representa.

Diante disso, podemos fortalecer a hipótese que norteará nosso trabalho, onde afirmamos que não haverá correlação na votação dos partidos para Deputado Federal e Deputado Estadual. Isso porque, conforme a literatura há no Brasil baixa identificação partidária que acaba fortalecendo a prática do personalismo pelo eleitorado.

2.2. Sistema de Representação Proporcional

A representação proporcional, conforme aponta Tavares (1994), visa assegurar para cada um dos diversos partidos políticos um percentual da participação na totalidade da representação parlamentar, e por decorrência, na constituição do governo (em um sistema de governo parlamentar) ou ao menos no controle sobre ele (caso for um sistema de governo presidencialista). Esse sistema funciona, portanto, de modo que cada distrito – ou estados no caso do Brasil – tenham representações parlamentares proporcionais a sua população.

O sistema de representação proporcional é adotado no Brasil para a eleição da Câmara dos Deputados (CARNEIRO; SCHMITT, 1995) e também para a eleição das Assembleias Legislativas. Esse sistema permite aos partidos uma representação justa conforme o seu desempenho eleitoral, ou seja, quanto mais votos as agremiações obterem, maior o número de deputados eleitos. “Assim, por exemplo, um partido que obtenha 20% dos votos elegerá algo próximo a 20% dos Deputados Federais” (CARNEIRO; SCHMITT, 1995, p. 67). Além disso, cada estado possui uma bancada de deputados federais proporcionais à população do estado. No Rio Grande do Sul são disputadas 31 das 513 vagas para representar a população do estado na Câmara dos Deputados. Já para a eleição da Assembleia Legislativa gaúcha foram disputadas 55 vagas.

O sistema eleitoral brasileiro possui dois elementos que contradizem a essência da representação proporcional que são: “a existência de listas partidárias abertas e a possibilidade de coligações entre partidos” (CARNEIRO; SCHMITT, 1995, p. 67). Em um sistema de representação proporcional realmente rigoroso não existe voto em candidatos individuais, pois o eleitor apenas pode votar na legenda partidária. Segundo Carneiro e Schmitt (1995) a relação dos candidatos já vem ordenada preferencialmente, desse modo, o papel do eleitor é apenas o de referendar a chapa do seu partido. Esse processo é chamado de representação proporcional com listas fechadas, e é adotado pela grande maioria dos países que adotaram o sistema de representação proporcional. Esse modelo de sistema busca reforçar as identidades partidárias obrigando a diminuição do personalismo nas eleições.

Diante disso, Tavares (1994, p. 125) ressalta que o “sistema de concorrência em listas partidárias é o único consistente e coerente com a representação proporcional”. Além disso, o autor ainda afunila mais essa discussão, destacando que as “listas fechadas e bloqueadas” possuem uma grande probabilidade de ser o instrumento mais apropriado para a representação proporcional. Porém, além da lista fechada e bloqueada, o sistema permite, se a intenção for uma ampliação do espaço de liberdade para a decisão do eleitor, a “lista fechada mas não bloqueada” ou ainda a “lista aberta”. Tavares (1994) assinala que segundo Duverger o sistema de representação “proporcional não pode funcionar, com efeito, senão no quadro de um escrutínio de lista” (DUVERGER, 1955, p. 102 *apud* TAVARES, 1994, p. 126).

Segundo Tavares (1994) apenas o Brasil, a Finlândia e o Chile adotam o que ele chama de “voto pessoal único em candidatura individual”, ou como chamamos mais popularmente a representação proporcional com listas abertas. Conforme Carneiro e Schmitt (1995), esta combinação permite ao eleitor votar em candidatos individuais. Assim, os candidatos mais votados de seus partidos serão os eleitos, fortalecendo o personalismo e colocando os partidos como coadjuvantes nas campanhas eleitorais.

O sistema eleitoral brasileiro possui, portanto, um sistema de lista aberta, que conforme aponta Mainwaring (2001), proporciona ao eleitor maiores possibilidades de escolha entre os concorrentes de um mesmo partido. Esse sistema de lista aberta, segundo Nicolau (2006), chama atenção por diversas razões:

A primeira delas é a longevidade. Nenhum país do mundo utiliza a lista aberta há tantos anos. A segunda deriva da magnitude do eleitorado brasileiro, 115 milhões em 2002 [...] A terceira razão está associada à combinação da lista aberta com outros atributos do sistema eleitoral: grandes distritos eleitorais, possibilidade de realização de coligações eleitorais, eleições simultâneas para outros cargos (presidente e governadores de estado e senadores) e distorção acentuada na representação dos estados na Câmara dos Deputados (NICOLAU, 2006, p. 690).

O sistema eleitoral brasileiro possui para as eleições à Deputado Federal e Estadual a combinação entre o sistema de representação proporcional e a lista aberta. Essa é uma combinação não muito frequente nas democracias contemporâneas. Conforme aponta Mainwaring (2001), essa combinação é um aspecto negativo no sistema partidário do Brasil. Além do mais, quando existe um número grande de candidatos por partido e por distrito, os concorrentes não podem depender apenas de sua legenda partidária para conseguir o sucesso eleitoral (SAMUELS, 1997).

Essas regras eleitorais brasileiras acabam estimulando, segundo Mainwaring (2001), que os políticos utilizem do voto pessoal, impedindo uma conexão muito grande com o partido. Isso instituiu no Brasil um exercício muito forte do personalismo nas disputas eleitorais. Assim, a tendência do eleitor de votar na pessoa do candidato e não na instituição partidária que ele representa se torna muito perceptível. Porém, se torna uma estratégia por muitas vezes necessária para que o candidato se diferencie dos demais companheiros de partido (SAMUELS, 1997).

Segundo Nicolau e Power (2007), além das campanhas serem incentivadas a um direcionamento do voto no candidato, a lista aberta também afeta os partidos devido a incitar a competição entre os membros de um mesmo partido. Isso faz com que os próprios candidatos busquem uma maior promoção de sua imagem particular, valorizando-se em detrimento dos partidos a que estão filiados.

O sistema de representação proporcional no Brasil ainda permite que o eleitor escolha entre votar em um candidato ou em uma legenda, ou seja, o eleitor tem o poder de escolher entre a pessoa ou apenas o partido (NICOLAU; POWER, 2007). Mesmo isso sendo possível, a minoria dos eleitores opta pela legenda (SAMUELS, 1997; AMES, 2012). Estudos de Veiga (2007) mostram que o nível de preferência partidária entre os eleitores brasileiros é baixo, apesar de ser tratada como um

atalho para a decisão do posicionamento das pessoas perante algum partido.

Na literatura proposta por Carreirão e Kinzo (2004), mencionam o trabalho de Castro (1994), ressaltando a ideia que grande parte dos eleitores não possui preferência partidária regular. Porém, “parte das identificações com os partidos políticos, quando existem, manifestam-se somente no processo eleitoral, talvez orientado pela escolha de candidatos” (CASTRO, 1994, p. 168 *apud* CARREIRÃO; KINZO, 2004, p 140).

Além do mais, estudos sobre volatilidade eleitoral apontam o baixo nível de institucionalização do sistema partidário no Brasil (BOHN; PAIVA, 2009). Conforme apontam Mainwaring e Torcal (2005) os sistemas partidários que possuem baixo grau de institucionalização são considerados “fluidos”. Assim, quanto menor for a volatilidade, o sistema partidário será mais institucionalizado (MAINWARING; SCULLY, 1994).

Em sistemas assim, há “menos regularidade nos padrões de competição, raízes mais fracas na sociedade” (MAINWARING; TORCAL, 2005, p. 255). Assim, eleitorados que demonstram preferências eleitorais voláteis, tendem a constituir um fator de desestabilização do sistema partidário. Com isso aumentam as possibilidades do aparecimento de “*outsiders*” e de lideranças personalistas que não possuem vínculos fortes com as organizações partidárias (MOZAFFAR; SCARRIT, 2005 *apud* BOHN; PAIVA, 2009).

Nesse contexto, Albuquerque e Dias (2002, p. 310) salientam que a “escolha eleitoral apresenta traços acentuadamente personalistas”, ou seja, o eleitor brasileiro possui tendência a direcionar seu voto em um candidato específico e não apenas no número do partido. Portanto, “as taxas de votos de legenda [são] sempre inferiores à incidência de votos nominais” (ALBUQUERQUE; DIAS, 2002, p. 310), muito por influência das campanhas eleitorais que centram-se na maioria das vezes na imagem do candidato. De acordo com Nicolau (2006) o voto de legenda influencia também nas diversas estratégias de campanha utilizadas, como por exemplo:

[...] lideranças e candidatos a cargos majoritários pedem explicitamente para que os eleitores votem na legenda no HGPE. Por fim, o voto de legenda expressa também os vínculos de longo prazo que os eleitores têm com os partidos (identificação partidária), que também variam no tempo, segundo os partidos e as regiões do país (NICOLAU, 2006, p. 703).

Além disso, outro item incomum do sistema de representação proporcional que está presente no Brasil é a permissão para a formação de coligações eleitorais (CARNEIRO; SCHMITT, 1995). Assim, qualquer número de agremiações pode juntar-se em uma coligação, formando apenas uma legenda que agregará todos os votos. Desta maneira, os partidos pequenos conseguem se fazer representados, sendo levados de “carona” já que não conseguiriam sozinhos somar votos suficientes para eleger representantes do partido. Segundo Carneiro e Schmitt (1995), portanto:

A estratégia de um partido pequeno (que sabe que competindo sozinho não atingirá a quantidade mínima exigida de votos) pode ser, por exemplo, apresentar um único candidato (de boa performance eleitoral) e associar-se a uma agremiação maior através da coligação (CARNEIRO; SCHMITT, 1995, p. 68).

Mainwaring (2001) também ressalta que no sistema brasileiro de representação proporcional admitir coligações é um aspecto incomum presente nesse arranjo. As coligações eleitorais assumem o formato de uma lista única, ou seja, os que recebem mais votos dentro de sua coligação, independente do partido saem vitoriosos (NICOLAU E POWER, 2007). Ao mesmo tempo, os votos direcionados a legenda de um partido coligado, não são somente auferidos pelos candidatos do partido, pois esses votos são somados ao todo da aliança firmada pelos partidos (SAMUELS, 1997). Assim, o sistema reduz em grande medida os entraves para a representação dos partidos pequenos (MAINWARING, 2001).

Segundo Carneiro e Schmitt (1995), como as listas são abertas, determinado candidato relevante de um partido pequeno acaba ficando bem posicionado na sua chapa, mesmo com um desempenho frágil do seu partido. Ocorre que “a representação política fica menos proporcional e mais aleatória” (CARNEIRO; SCHMITT, 1995, p. 68).

A literatura também aponta que no sistema de lista aberta os partidos possuem um grande incentivo para que lancem candidatos que tenham popularidade entre os eleitores (NICOLAU, 2004). Isso ocorre devido ao que salientamos logo acima, ou seja, o que vale é a somatória dos votos da legenda. Portanto, quanto mais votos, maior é a possibilidade do partido eleger uma bancada relevante.

Comparado com sistemas partidários de outros países, o modelo brasileiro

estaria no topo no que se refere ao valor da reputação individual que é atribuída pelos candidatos. Carneiro e Schmitt (1995) ressaltam ainda que se pensarmos uma situação onde a reputação individual tivesse um valor ainda mais elevado, seria o caso de atingirmos um sistema eleitoral apenas com candidaturas individuais, sem vínculo com partidos políticos.

Seguindo o contexto do sistema de representação proporcional com lista aberta que constitui o sistema eleitoral brasileiro, é possível fortalecer ainda mais a hipótese principal, que norteia o trabalho. Ao passo que, nossa suposição afirma que no eleitorado da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul não possui uma similaridade entre o voto partidário nas duas casas Legislativas que são analisadas, devido ao caráter personalista do eleitorado. Sendo encontrado tanto em pesquisas de comportamento eleitoral, quanto nas características do sistema de representação proporcional do Brasil que acaba influenciando esse atributo do eleitorado.

Note-se que, na primeira seção do capítulo, em sua grande maioria os “tipos de eleitores” que foram abordados destacam o personalismo como forte característica do eleitorado. Durante a segunda seção as regras do sistema induzem aos próprios candidatos utilizarem de sua imagem pessoal com ênfase. Assim, vinculando o eleitor a imagem pessoal do candidato como argumento principal da sua escolha, deixando de lado a adoção da sigla partidária para determinar seu voto.

Conforme esse caráter personalista do eleitorado, acreditamos que a Fronteira Oeste gaúcha não possuirá similaridades entre a votação dos partidos nas eleições para Deputado Federal e Estadual. Isto, porque o eleitorado possui baixa identificação partidária, assim ocorre um aumento de práticas personalistas do eleitorado.

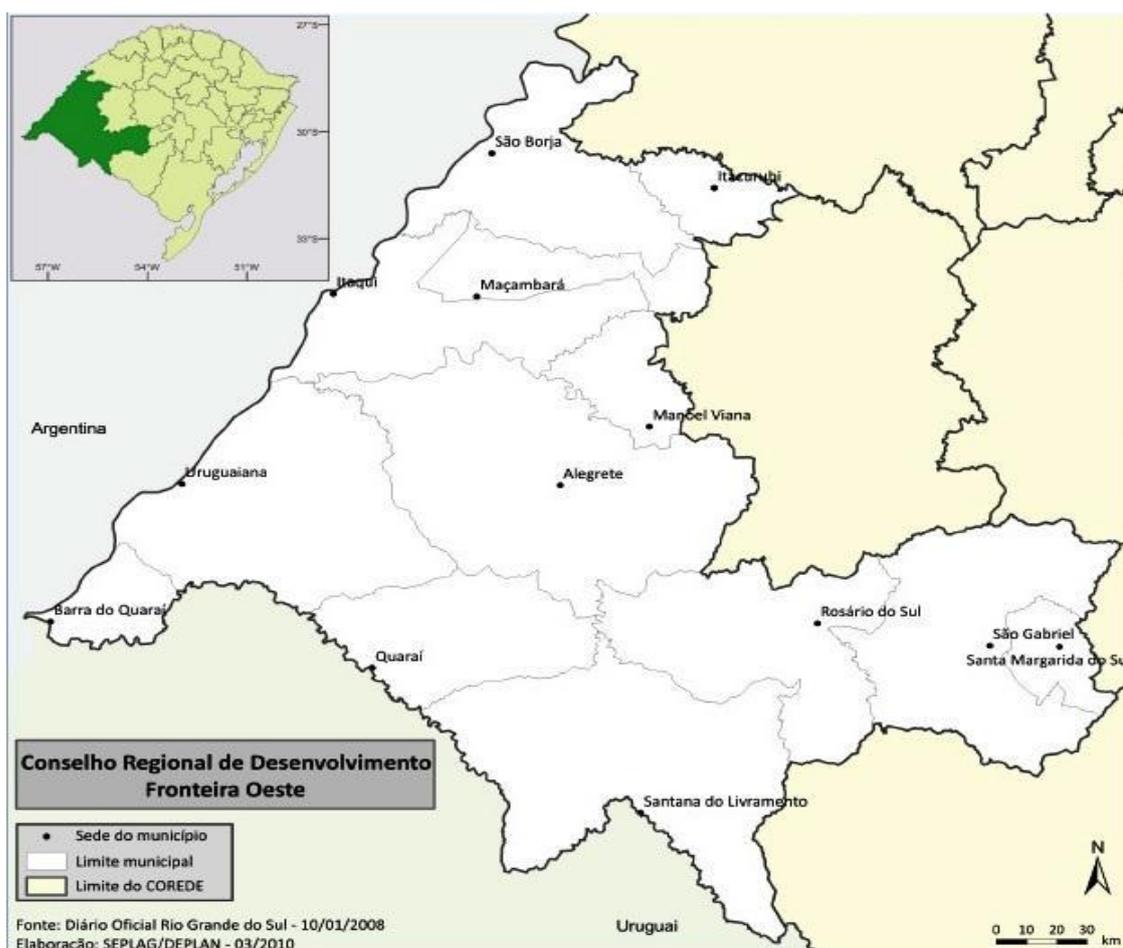
A partir disso, no capítulo seguinte será investigada se existe ou não essa similaridade entre a votação dos partidos que disputam a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa do RS. Assim, serão realizadas correlações para a identificação de um padrão entre a votação dos partidos para Deputado Federal e Deputado Estadual. Além do mais, como complemento às correlações, será desenvolvida uma análise acerca da variação percentual entre as votações dos dois cargos na Fronteira Oeste do RS.

CAPÍTULO II

3. A Eleição de 2014 na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul

A fim de comprovar nossa hipótese, fizemos um recorte espacial selecionando a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul como base para nossa análise. Foi escolhida esta região a partir da delimitação geográfica perpetrada pelo COREDE-FO¹ criado em 1994, sendo composta por 13 municípios: Alegrete, Barra do Quaraí, Itacurubi, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguiana.

Figura I - Mapa Administrativo dos Municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul



Fonte: SPMDR-RS (2015).

¹ Os COREDES funcionam como um fórum para a discussão e decisão de políticas e ações que possam favorecer o desenvolvimento da região.

A Fronteira Oeste é uma região que possui municípios razoavelmente homogêneos e com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) abaixo da média geral do estado do Rio Grande do Sul (COREDE-FO, 2010).

Conforme aponta a Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul (SPMDR-RS, 2015), o COREDE Fronteira Oeste é o maior em extensão do estado, compreendendo quase 20% de toda a área territorial do estado gaúcho. A região integra ainda a chamada Faixa de Fronteira², que compreende uma área contínua de 150 quilômetros, do lado brasileiro, a partir da linha de fronteira.

Esta região soma pouco mais de 530 mil de habitantes, tendo Uruguaiana com a maior população (125 mil) e Santa Margarida do Sul com a menor (2.300). Assim, figura como a terceira menor densidade demográfica do RS, com apenas 11 habitantes/km². A Fronteira Oeste trata-se de uma região com alto índice de urbanização, ao passo que, 88,9% da população reside em áreas urbanas, e apenas 11,1% reside em áreas rurais.

Porém, mesmo que a maior parte da população da COREDE-FO concentre-se em áreas urbanas, o setor predominante na economia da Fronteira Oeste é o da agropecuária, já que a possui pouca participação da Indústria de Transformação na região (SPMDR-RS, 2015). Além do mais, como apontam Damin, Rebello e Martins (2016) a região possui as atividades primárias como preponderantes, sendo as mais fortes as da oxicultura e da pecuária extensiva que compreendem 1/3 dessa atividade de todo o estado gaúcho, com uma extrema concentração fundiária e desigualdade social.

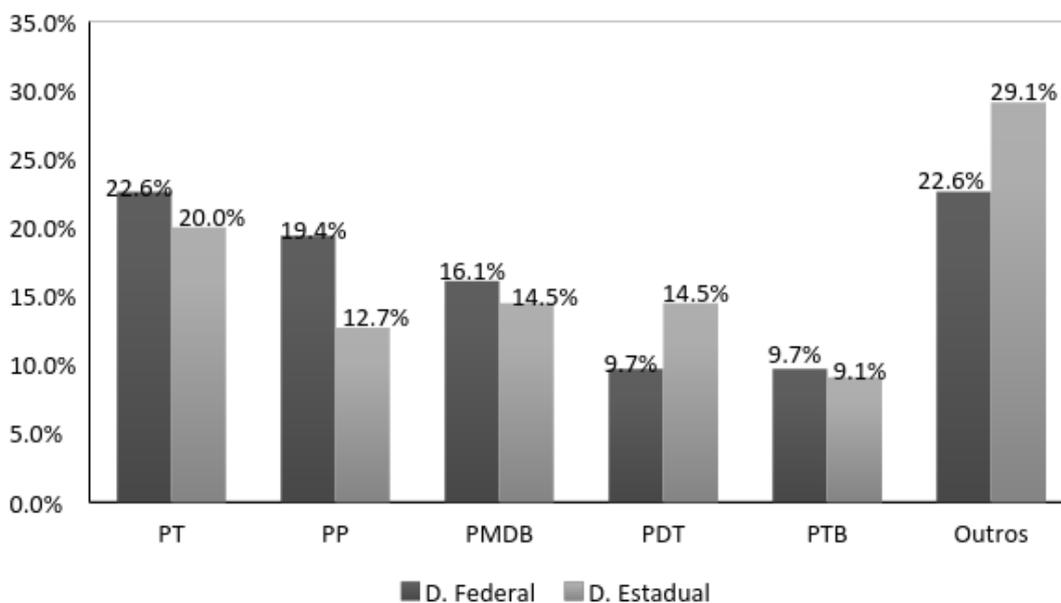
Na Fronteira Oeste em 2014, dentre os 308 candidatos a uma das 31 vagas na Câmara dos Deputados, 94,8% deles foram votados nesta região, sendo divididos entre 29 partidos. Já na eleição para a Assembleia Legislativa, as 55 vagas foram disputadas entre 670 candidatos, sendo que 80,1% dos candidatos, divididos entre 30 partidos, foram votados na Fronteira Oeste.

Dentre os eleitos para Deputado Federal, figuram o Deputado reeleito, Luis Carlos Heinze (PP) e o Deputado Afonso Motta (PDT), candidatos com base eleitoral

² A Faixa de Fronteira, de acordo com § 2º do art. 20 da Constituição Federal, corresponde a uma área de até 150km de largura, situada ao longo dos 15.719km de fronteira do território brasileiro. No Rio Grande do Sul, abrange áreas que fazem divisa com a Argentina e o Uruguai que, juntamente com Santa Catarina e Paraná, integram o chamado Arco Sul da fronteira do Brasil (SPMDR-RS, 2015, p. 8).

na Fronteira Oeste. Já dentre os eleitos para a Assembleia Legislativa, apenas Deputado reeleito Frederico Antunes (PP), possui base eleitoral na região.

Gráfico I – Partidos mais representativos na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa do RS



Fonte: TSE (2014); Elaboração própria.

Considerando os partidos, foram eleitos representantes de 15 partidos para a Assembleia Legislativa e de 11 partidos para a Câmara dos Deputados. A agremiação com maior número de representantes para os dois cargos foi o PT, com 22,6% dos Deputados Federais eleitos, e 20,0% de Deputados Estaduais. O PMDB somou 16,1% e 14,5% da bancada de Deputados Federais e Estaduais, respectivamente.

O PP alcançou 19,4% da bancada gaúcha na Câmara dos Deputados e conseguiu 12,7% de representantes na Assembleia Legislativa. Já o PDT, ficou com 14,5% das vagas para Deputado Estadual e 9,7% para Federal. A partir disso, podemos perceber um grande domínio desses quatro partidos no estado, ao passo que mais de 60% das bancadas, são representadas por integrantes desses partidos.

Há, portanto, em funcionamento um multipartidarismo. Conforme aponta Grohmann (1996) o sistema partidário do Rio Grande do Sul passou por um “bipartidarismo polarizado”, seguindo para um “pluripartidarismo restrito e polarizado”

e culminando no “pluripartidarismo” ou multipartidarismo que é característico atualmente.

Grohmann (1996) assevera que no período que compreendia 1966 a 1978, o estado foi caracterizado por um “bipartidarismo polarizado”, que foi criado e mantido disfarçadamente pelas regras do regime autoritário. Em 1982, ocorre uma transição entre um sistema e outro, ao passo que o pluripartidarismo precisou conformar-se com as regras que dificultavam uma livre organização dos partidos.

Lima (2015) aponta que o estado gaúcho sempre possuiu como característica possuir apenas dois partidos de expressão, mesmo em um sistema multipartidário. Porém, ressalta a autora que esse bipartidarismo não era ocupado pela característica da existência de dois partidos, mas sim de dois blocos de representação, que continham apenas dois partidos com expressão.

Assim, o período foi marcado pelo sufrágio em volta do dilema de votar contra ou a favor do regime autoritário, caracterizando-se na verdade de um período de “pluripartidário restrito e polarizado” como aponta Grohmann (1996). Além disso, após esses períodos, surge com força nos anos de 1986 e 1990, o “pluripartidarismo” ou multipartidarismo, agora com uma importante fragmentação partidária, podendo ser observado em torno de seis partidos efetivos no ano de 1994 (GROHMANN, 1996).

Ainda, Trindade e Noll (1991) apontam que no Rio Grande do Sul havia uma divisão dentro do estado entre os partidos mais conservadores e os populistas e populares. Os conservadores possuíam uma maior inserção nas regiões do centro para o norte do estado gaúcho, ao passo que, partidos populistas e populares tinham maior força na região da campanha e em grandes centros urbanos. Além disso, naqueles municípios menores, a predominância era dos conservadores enquanto que nos municípios maiores havia maior dominação das forças populistas, populares ou de cunho mais democrático.

3.1. As correlações da votação entre Deputado Federal e Estadual

Para início das investigações de nosso trabalho, utilizou-se a realização de correlações, que refere-se “à relação linear entre as variáveis. O coeficiente de correlação é uma medida da associação entre duas variáveis numéricas, normalmente denotadas como x e y ” (JUPP, 2006 *apud* FIGUEIREDO FILHO *et al*,

2014, p. 69, tradução nossa). Ou seja, uma correlação relaciona duas variáveis buscando encontrar um valor que represente a relação entre as duas variáveis averiguadas.

Assim, como aponta Figueiredo Filho *et al* (2014), uma correlação possui variação entre -1 e 1, ao passo que o sinal indica se a correlação é positiva ou negativa, e o número indica a amplitude. Sendo que, quanto mais próxima de 1, maior é o nível de associação entre os dados, e mais próximo de 0 menor é o nível de associação.

Além disso, uma correlação deve levar em consideração segundo Figueiredo Filho *et al* (2014), quatro elementos: “(1) número de casos; (2) magnitude do coeficiente; (3) parâmetros de avaliação do coeficiente e (4) significância estatística”. A falta de algum desses elementos poderia impossibilitar o potencial da generalização da análise. Desta forma, nos detemos no coeficiente linear de correlação de Pearson para a realização das correlações que serão apresentadas no trabalho.

Utilizando como base para o início da análise, foram realizadas correlações entre a votação para Deputado Federal e Deputado Estadual. Busca-se comprovar a nossa hipótese de que as votações não teriam uma similaridade entre as disputas para os dois cargos.

Deste modo, foram feitos três tipos de correlação: uma com todos os partidos votados no pleito. Outra sem aqueles partidos que não somaram 1% na votação de ao menos um dos cargos, ou seja, aqueles partidos sem tanta relevância. Assim, se um partido não recebeu votações relevantes nos dois cargos, logicamente ele estaria correlacionado, assim poderíamos perceber alguma diferença, evitando viciar nossa amostra.

Na terceira correlação realizada resolvemos testar a presença de *outliers* na amostra, ao passo que “*outliers* ou anomalias são objetos que se diferem dos outros por suas características ou seu comportamento” (KAWABATA, 2015, p.11). Ainda, um *outlier* é “uma observação que fica fora do padrão geral das outras observações” (MOORE, MCCABE, 2013 *apud* FIGUEIREDO FILHO *et al*, 2014, p. 75, tradução nossa).

Para realizar essas correlações dividimos os municípios por categorias, levando em consideração o número de habitantes. Nos pequenos, foram encaixados os municípios com até 30 mil habitantes – Barra do Quaraí, Itacurubi, Maçambará,

Manoel Viana, Quaraí e Santa Margarida do Sul. Os médios foram caracterizados por estarem com mais de 30 mil até 70 mil habitantes – Itaqui, Rosário do Sul, São Borja e São Gabriel. E os municípios grandes, com mais de 70 mil habitantes – Alegrete, Santana do Livramento e Uruguaiana.

Conforme a Tabela I, percebemos que a correlação da Fronteira Oeste foi alta, 0,810 e com significância estatística. Demonstrando uma grande força na correlação entre a votação dos partidos na região. A partir disso, podemos perceber que existe correlação no desempenho dos partidos entre as duas disputas.

Desta forma apresentam-se traços de voto partidário entre as duas eleições, sinalizando para a força dos partidos a nível local. Isso parece contrariar a literatura que aponta uma fraca institucionalização dos partidos, incidindo no voto personalista presente nas eleições proporcionais.

Ainda ao observarmos a Tabela I, percebemos que as correlações com todos os partidos foram bastante correspondentes em todas as categorias de municípios. Visto que, segundo nossa hipótese deveria apontar o contrário, ou seja, não haveria correspondência entre as eleições de ambos, o que acabaria incidindo em baixas correlações.

Tabela I – Correlações da votação para Deputado Federal e Deputado Estadual com todos os partidos conforme o tamanho dos municípios

Tamanho dos Municípios	Valor da Correlação*
Pequenos	0,908
Médios	0,675
Grandes	0,807
Fronteira Oeste	0,810

*Significância da correlação no nível 0,01.

Fonte: TSE (2014); Elaboração própria.

Pode-se observar que os municípios de médio porte tiveram correlações menores, despontando como uma possibilidade a maior dificuldade de contato dos partidos com seus eleitores. Já os municípios de pequeno porte, obtiveram as maiores correlações, aumentando a possibilidade de existir um contato mais próximo entre os partidos e o eleitorado. Já os municípios de grande porte obtiveram uma correlação relativamente média, em comparação com os demais.

Assim, parece-nos que em municípios menores é maior a chance dos eleitores utilizarem os partidos como atalhos cognitivos para sua decisão. Diferentemente dos municípios médios, pode haver um maior distanciamento entre as organizações partidárias e o eleitorado, fazendo com que o eleitorado utilize da personalidade do candidato para sua decisão.

Observando individualmente os municípios de grande porte, vimos que o município de Uruguaiana, o maior município da região, possui também uma correlação alta. Procurando uma explicação para esse caso, descobrimos que três partidos (PP, PSDB e PT) são os mais bem votados na eleição deste município. Esses partidos somam juntos pouco mais de 80% na votação para Deputado Federal e pouco mais de 70% na votação para Deputado Estadual.

Desta forma, os demais partidos ficam com o que chamamos de migalhas, fazendo com que votos restantes sejam disputados por um grande número de partidos, incidindo no aumento da correlação deste município. A partir disso, observamos um baixo grau de pulverização dos partidos nesse município, com apenas três partidos mantendo um bom desempenho eleitoral.

Devido a alta correlação de Uruguaiana em comparação com os outros dois que completam a categoria “grandes”, consideramos este município como sendo um *outlier*. Ao retirarmos Uruguaiana da amostra, a correlação que antes era de 0,807 passa a ser de 0,724. Demonstrando, assim, que nos municípios de grande porte pode haver também um maior distanciamento entre as instituições políticas e os eleitores.

Considerando um município de médio porte, São Borja obteve a menor correlação dentre todos os municípios da região, 0,594. Esse valor refere-se ao fato que neste município houve alguns candidatos com base fixada em São Borja de partidos diferentes que lançaram candidatura. Essa influência na correlação pode dizer muito a respeito principalmente de candidatos a Deputado Federal do PDT, que obtiveram quase 50% dos votos válidos no município e do PP e PTB para Deputado Estadual, ao passo que juntos somaram quase 60% do município. Assim, ocorre uma inversão dos partidos hegemônicos de cada cargo neste município, fazendo com que a correlação não possua um valor tão expressivo.

Em contraponto, Manoel Viana, um município de pequeno porte, encontra-se na categoria com a maior correlação encontrada. Diferentemente de São Borja, que houve uma inversão entre partidos mais bem votados, em Manoel Viana

diagnosticou-se uma estabilidade entre os dois cargos na votação dos partidos. Podemos dar um destaque especial para cinco partidos (PP, PDT, PT, PMDB e PTB) que figuraram entre os cinco partidos mais bem votados nesta mesma ordem, tanto na disputa para a Câmara dos Deputados, quanto para a Assembleia Legislativa.

A partir disso, percebemos que nossas correlações demonstram na verdade um indicativo dos partidos mais fortes nos municípios. Assim, as correlações realizadas estão baseadas nas posições ocupadas por eles no resultado final da eleição para cada cargo. Portanto, os valores de correlação encontrados demonstram, sobretudo, a força dos partidos nos respectivos municípios.

Logo, quanto maior a correlação, maior é a equidade da posição final de cada partido na disputa para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados, demonstrando o desempenho do partido. Isto pode ser mais bem evidenciado a seguir, nas Tabelas II e III.

Tabela II – Votações e posição dos partidos na eleição Deputado Federal e Deputado Estadual no município de Manoel Viana

Partido	Deputado Federal (%)	Deputado Estadual (%)
PP	36,71 (1º)	32,76 (1º)
PDT	23,52 (2º)	21,17 (2º)
PT	18,05 (3º)	15,07 (3º)
PMDB	10,67 (4º)	9,87 (4º)
PTB	4,05 (5º)	6,59 (5º)
PR	2,81 (6º)	2,67 (7º)
PSD	1,15 (7º)	1,48 (9º)
PSDB	0,85 (8º)	3,16 (6º)
PSB	0,83 (9º)	1,36 (11º)
PCdoB	0,20 (10º)	1,48 (10º)
PPL	0,02 (11º)	1,73 (8º)

Fonte: TSE (2014); Elaboração própria.

Manoel Viana, como já foi salientado, é um município de pequeno porte, figurando na categoria com o maior valor correlativo encontrado. Assim, na Tabela III

resolvemos ilustrar a votação e a posição dos partidos neste município para melhor visualização.

Podemos observar, portanto, uma uniformidade na posição dos partidos mais votados, expondo o motivo de uma correlação tão alta ser encontrada neste município. Destarte, os cinco primeiros partidos mais bem colocados, como já foi salientado, mantêm-se igualmente nas mesmas posições na disputa para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa.

Além disso, observando a porcentagem de votos válidos recebida pelos partidos em Manoel Viana, também é conservado um padrão, ao passo que os partidos em sua grande maioria somam porcentagens similares. Com exceção dos quatro últimos partidos da Tabela que não receberam votações relevantes para Deputado Federal, mas para Deputado Estadual conseguiram figurar entre os mais votados do município. Note-se que o PPL somou algo perto dos 2% dos votos válidos do município, apenas com um candidato e os votos de legenda do seu partido.

Já o município de Itaqui, situado na categoria dos municípios médios, que perfizeram a correlação mais baixa, foi encontrado padrões diferentes do município de Manoel Viana. Em Itaqui descobrimos uma falta de uniformidade nas posições ocupadas pelos partidos nos dois cargos e a baixa equivalência na porcentagem das votações.

Tabela III – Votações e posição dos partidos na eleição Deputado Federal e Deputado Estadual no município de Itaqui

Partido	Deputado Federal (%)	Deputado Estadual (%)
PMDB	38,99 (1º)	6,19 (4º)
PP	24,13 (2º)	36,00 (1º)
PT	11,90 (3º)	23,61 (2º)
PDT	11,66 (4º)	4,74 (5º)
PTB	6,63 (5º)	19,56 (3º)
PSB	2,97 (6º)	1,62 (7º)
PSDB	1,54 (7º)	3,84 (6º)
PCdoB	0,13 (8º)	1,24 (8º)

Fonte: TSE (2014); Elaboração própria.

Podemos perceber a partir da Tabela III que em Itaqui, enquanto o PMDB ficou próximo de 40% dos votos válidos do município para Deputado Federal, não chegou nem em 10% para Deputado Estadual. Ocorre ainda um reflexo no PTB, que somou quase 20% dos votos para Deputado Estadual, mas fez apenas 6,63% dos votos para Deputado Federal.

Além do mais, a metade dos partidos da Tabela III obteve mais de 10 pontos percentuais de diferença entre um cargo e outro. Note-se, que três desses partidos (PSB, PSDB e PCdoB), não obtiveram 10% de votação, portanto, não seria possível tamanha diferença.

Fazendo referência às posições ocupadas pelos partidos ressaltados na Tabela IV, apenas o partido com menor votação manteve-se na mesma posição em ambos os cargos. Ao passo que os demais variaram bastante suas posições, com o PMDB, por exemplo, sendo o mais bem colocado na eleição para Deputado Federal e apenas o quarto na eleição para Deputado Estadual. Além do mais, o PTB que foi apenas o quinto colocado para Deputado Federal, colocou-se em terceiro para Deputado Estadual em Itaqui.

As Tabelas II e III, portanto, conseguem ilustrar com maior nitidez o modo que foi encontrado os valores das correlações. Tanto nos municípios pequenos, com correlação alta, como em Manoel Viana, quanto nos municípios médios, com a correlação mais baixa, como em Itaqui. Assim, a presença da relação entre a posição ocupada pelos partidos e a votação dessas agremiações pode ser observada com maior clareza.

Considerando a segunda correlação, foi realizada uma subtração dos partidos com votações irrelevantes, ou seja, aqueles que não somaram 1% em ao menos um dos dois cargos analisados. Ou seja, de 30 partidos que foram votados na Fronteira Oeste, apenas 14 foram considerados relevantes. Assim, seria possível perceber se os partidos menores estavam ou não enviesando nossas correlações.

Na Tabela IV exibimos essas correlações sem os partidos irrelevantes. Podemos perceber que mesmo com a retirada dos partidos com votações irrelevantes, as correlações diminuíram, porém, ainda continuaram relativamente altas. Na Fronteira Oeste a correlação da votação dos partidos entre as duas disputas era de 0,810, com a subtração dos partidos sem votações relevantes, a correlação baixou para 0,735.

Nos municípios pequenos, que antes a correlação era de 0,908, diminuiu para 0,874. Os médios, que tinham uma correlação de 0,675, baixaram para 0,562. A correlação dos municípios grandes que antes era de 0,807, assim como as demais diminuiu, chegando a 0,718.

Desta forma, pode ser evidenciada uma menor pulverização dos partidos votados nesses municípios. Ao passo que os mesmos partidos sempre figuram entre os mais votados independentemente do cargo. Assim, mesmo que exista um sistema partidário bem fragmentado, muitos partidos não se tornam relevantes eleitoralmente.

Tabela IV – Correlações da votação para Deputado Federal e Deputado Estadual sem os partidos menos relevantes conforme o tamanho dos municípios

Tamanho dos Municípios	Valor da Correlação*
Pequenos	0,874
Médios	0,562
Grandes	0,718
Fronteira Oeste	0,735

*Significância da correlação no nível 0,01.
Fonte: TSE (2014); Elaboração própria.

Como já salientado, nos municípios pequenos, a correlação dos médios foi a mais baixa e os grandes com a correlação do meio, como encontrado anteriormente. Porém, assim como antes, o município de Uruguaiana caracterizou-se como um *outlier*. Desta forma, a correlação sem esse município, baixou dos 0,718, passando para 0,554. Assim, os municípios de grande porte seriam considerados com a correlação mais baixa dentre as categorias dos municípios. Vale destacar que mesmo com a fragmentação do número de casos, as correlações realizadas não perderam significância estatística.

Podemos observar novamente que em municípios maiores, existe uma maior dificuldade de o voto possuir traços partidários. Isso ocorreria porque esses municípios tendem a lançar candidatos da casa, fazendo com que as estratégias dos candidatos sejam mais voltadas à própria imagem para que seja identificado pelo eleitor como aponta Samuels (1997).

Para realizar a terceira correlação, buscamos observar se haviam casos muito distintos dos demais, que poderiam ter influenciado nas correlações que foram

realizadas anteriormente. Assim, em todos os municípios, identificamos ao menos um partido em cada município com votação muito diferente das demais, considerando-o um *outlier*.

Na Tabela V, destacamos as correlações realizadas sem os partidos *outliers*. Percebemos que com a retirada dos *outliers*, mantiveram-se com valores correlativos próximos dos valores encontrados anteriormente. Os municípios pequenos continuaram com as votações dos partidos fortemente correlacionados, como foi observado nas duas correlações anteriores.

Os municípios médios, em comparação com as correlações anteriores, tiveram um leve aumento no valor correlativo, porém, esses municípios continuaram com a correlação mais baixa dentre as categorias. Já os de grande porte, assim como os demais, continuaram com seu valor de correlação no meio das demais categorias. Assim como anteriormente, ocultamos o município de Uruguaiana que impõe uma forte influência no valor da correlação. Desta forma, a correlação de 0,731 passou a ser de 0,686, baixando assim como ocorrido nas correlações com todos os partidos e a sem os partidos irrelevantes.

Tabela V – Correlações da votação para Deputado Federal e Deputado Estadual sem *outliers* conforme o tamanho dos municípios

Municípios	Valor da Correlação
Pequenos	0,863
Médios	0,688
Grandes	0,731
Fronteira Oeste	0,790

*Significância da correlação no nível 0,01.
Fonte: TSE (2014); Elaboração própria.

Além do mais, buscamos observar a presença de correlações entre a votação dos partidos, divididos por ideologia. Assim, utilizamos o trabalho de Zucco Jr. (2011) para fazer essa divisão dos partidos em cada bloco ideológico e ainda uma percepção própria em alguns partidos claramente declarados em algum dos lados ideológicos, que não apareciam na literatura. Enquadramos, portanto, dentre os partidos de esquerda: PDT, PT, PSTU, PCB, PPS, PCB, PV, PSOL e PCdoB. Dentre os de centro: PMDB e PSDB. E os de direita: PRB, PP, PTB, PSC, PR, DEM, PSDC, PRTB, PMN, PTC, PSD.

Na Tabela VI, podemos observar as correlações da votação entre os blocos ideológicos para Deputado Federal e Estadual. A região demonstrou alguma semelhança na correlação entre os Partidos de Esquerda e os Partidos de Direita, com ambos na casa dos 0,800.

Tabela VI – Correlações por Bloco Ideológico entre a votação para Deputado Federal e Deputado Estadual

Bloco ³	Valor da Correlação
Esquerda	0,826
Centro	0,516
Direita	0,872

*Significância da correlação no nível 0,01.

Fonte: TSE (2014); Elaboração própria.

Já os Partidos de Centro apresentaram uma correlação mais baixa, 0,516. Porém, vale ressaltar que apenas dois partidos figuram na categoria Centro, o PSDB e o PMDB. Estes partidos além de não receberem votações similares nos dois cargos, em sua grande maioria não ocuparam as mesmas posições no resultado da eleição para Deputado Federal e Estadual nos municípios. Assim, a falta de estabilidade desses partidos, também confirma a baixa correlação encontrada neste espectro político.

A partir disso, podemos perceber que realmente os eleitores utilizam da ideologia como um atalho cognitivo como foi apontado por Downs (1999). Os partidos de esquerda e de direita parecem ser mais claros ideologicamente. Assim, o eleitor parece identificar as ideologias dos candidatos a Deputado Federal e Estadual, votando com maior equidade nesses blocos ideológicos.

Até o presente momento do trabalho podemos tirar algumas conclusões. Primeiramente foi possível observar que as correlações realizadas dizem respeito à equidade nas posições dos partidos nas eleições para Deputado Federal e Estadual, indicando a força dos partidos na região.

A partir de todas as correlações realizadas, podemos perceber que na verdade nos municípios da Fronteira Oeste gaúcha há uma estabilidade da força dos

³ Não foram inseridos em nenhum bloco ideológico os partidos, pois não foi possível identificar em qual bloco eles poderiam se encaixar adequadamente: PEN; PHS; PPL; PRP; PROS; PSL; PT do B; SD.

partidos entre a eleição para Deputado Federal e Estadual. Assim, temos os mesmos partidos sendo bem votados nos dois cargos, demonstrando um alto nível de enraizamento de determinados partidos nos municípios da fronteira oeste, fornecendo-nos um indicativo da força dos partidos a nível local.

Portanto, a sigla partidária que o candidato representa influência na decisão do voto assim como a ideologia que se torna forte atalho cognitivo para a escolha do eleitor. Diferentemente do que apontavam Samuels (1997), Mainwaring (2001) e Mainwaring e Torcal (2005) ao afirmarem que o sistema partidário brasileiro era fraco, colocando os partidos como coadjuvantes nas disputas eleitorais.

Assim, nossa hipótese de que não se observaria traços partidários entre as votações para Deputado Federal e Estadual não pode ser confirmada, principalmente nos municípios de pequeno porte. Demonstrando maiores características de voto partidário nesses municípios, ao passo que existe uma maior proximidade das agremiações partidárias com a população.

Além desses municípios, em um panorama geral, as correlações dos municípios mantiveram-se pelo menos com valores relativamente médios. Ao passo que, ao ocultarmos da amostra os partidos com votações irrelevantes ou os casos *outliers*, as correlações sofreram muito poucas mutações. Com certa igualdade na força das três correlações, o que evidenciaria uma influência quase mínima desses partidos retirados do banco de dados.

3.2. A variação da votação entre Deputado Federal e Estadual

Além das correlações que foram realizadas até o momento, calculamos a “taxa de variação” entre as votações dos partidos para Deputado Federal e Estadual nos municípios. A partir disso, podemos complementar nosso trabalho, analisando a magnitude das variações entre as duas votações dos partidos.

Para realizar o cálculo para identificar a variação utilizaremos a seguinte fórmula (FARIAS; PESCO, 2016):

$$V = \frac{V2 - V1}{V1} \times 100$$

Considerando a fórmula apresentada, V2 representa a votação de valor, ao passo que V1 representa do de menor. Ou seja, foram subtraídas as votações dos

partidos para Deputado Federal e Deputado Estadual, logo após, sendo divididos pela menor votação apresentada, resultando na variação entre os dois cargos. Para que seja apresentada em forma de porcentagem, apenas multiplicamos por 100 o resultado final.

A partir disso, criamos alguns intervalos que representam o nível das variações. Delimitamos como variações baixas aquelas com até 50% de diferença entre a votação de um cargo e outro. As variações médias foram delimitadas em mais de 50% até 100% de diferença nas votações. Já as variações altas seriam as que representassem o dobro ou mais da diferença da votação entre os cargos, ou seja, com mais de 100% de variação.

Tabela VII – Quantidade de Partidos conforme o nível da variação na votação para Deputado Federal e Deputado Estadual nos municípios (%)

Município	Baixa	Média	Alta
Alegrete	40,0	16,7	43,3
Barra do Quaraí	33,3	28,6	38,1
Itacurubi	33,3	29,6	37,0
Itaqui	26,7	10,0	63,3
Maçambará	29,6	29,6	40,7
Manoel Viana	33,3	29,6	37,0
Quaraí	33,3	13,3	53,3
Rosário do Sul	43,3	16,7	40,0
Santa Margarida do Sul	25,0	25,0	50,0
Santana do Livramento	46,6	16,7	36,7
São Borja	43,3	6,7	50,0
São Gabriel	33,3	23,3	43,3
Uruguaiana	46,7	20,0	33,3
Fronteira Oeste	43,3	23,3	33,3

Fonte: TSE (2014); Elaboração própria.

Na Tabela VII especificamos em termos percentuais a quantidade de partidos em cada município que encaixaram-se em cada nível de variação. Na votação dos partidos na Fronteira Oeste, observamos que a maioria deles obteve variação baixa, 43,3%. Portanto, a maioria dos partidos não teve nem 50% de diferença entre as

votações para Deputado Federal e Estadual, demonstrando alguma semelhança entre as votações dos partidos na região.

Porém, ainda na Tabela VII podemos perceber que em 10 dos 13 municípios a maior parte dos partidos obteve variação alta, ou seja, nesses municípios a maioria dos partidos teve o dobro de diferença entre a votação para Deputado Federal e Deputado Estadual.

Além disso, depois da variação alta, a maior parte dos partidos obteve variação baixa, que variam no máximo 50% de sua votação entre os cargos. Assim, podemos observar que uma grande parcela do eleitorado tende a votar em partidos distintos e a segunda maior parte, varia pouco a sua votação entre os partidos. Deste modo, teríamos poucos partidos com uma variação média, ou seja, aqueles que não menos de 50% de diferença na votação, mas também não ultrapassa os 100% de diferença na votação entre os cargos disputados.

O município de Itaqui, com o maior índice de ocorrências com variação alta, 63,3% dos partidos figurando nesta categoria, possuindo 19 dos 30 partidos do município com essa variação. Neste município, é interessante ressaltar que não foram apenas partidos pequenos que tiveram variação alta, mas partidos como o PDT, PTB, PMDB e o PSDB figuram nessa categoria com variações muito altas entre as votações. Além desses partidos, os mais expressivos, como o PT, ficou com variação média e o PP com variação baixa neste município.

Quaraí, o segundo com maior variação, 53,3%, agregou 16 dos 30 partidos votados com variação alta neste município. Podemos destacar o PT, SD e o PMDB. Interessante destacar o partido Solidariedade, que teve votações relevantes em 3 municípios, além de possuir variação alta nesses três municípios, demonstrando um instabilidade na votação deste partido, que mesmo sendo um partido novo já busca seu espaço na fronteira oeste.

Além do mais, o município de São Borja, o terceiro com maior número de partidos com variação alta, com a metade dos partidos votados com grande diferença entre as votações. Os partidos PDT, PTB e PMDB foram os partidos grandes que obtiveram variação alta.

No caso do PDT, vale destacar a presença do candidato a Deputado Federal Tiago Cadó, que dois anos antes havia sido o vereador mais votado no município. Já o PTB possui como candidato a Deputado Estadual o seu vice-prefeito Jefferson Homrich. Ambos fizeram votações expressivas em suas disputas, acarretando na

grande diferença da votação de seus partidos entre os cargos.

Em Santana do Livramento, o maior número de partidos obteve variação baixa. Podemos destacar o PSDB, que nesse município, obteve uma variação de apenas 2,72% entre as votações, demonstrando uma grande estabilidade da votação deste partido no município.

O maior dos municípios da região, Uruguaiana, obteve a maioria dos partidos com variação baixa. Nesta categoria aparecem os partidos PSDB, PT e o PMDB. Interessante notar que o PSDB em Uruguaiana, possuía uma dobradinha entre Sanchotene Felice, candidato a Deputado Estadual, e sua esposa Elisabete Felice, disputando um cargo de Deputado Federal. Assim, este partido conseguiu manter uma estabilidade em sua votação, incidindo em uma baixa variação.

Além do mais, em Uruguaiana, o PP que recebeu uma das maiores votações neste município, ficou com variação média. Vale destacar que o PP lançou Ronnie Mello a candidato para a Câmara dos Deputados, fazendo uma votação bastante contundente e para Deputado Estadual, o candidato a reeleição Frederico Antunes. Talvez, devido ao lançamento da candidatura de Sanchotene Felice pelo PSDB, Antunes tenha perdido alguns votos, incidindo nesta variação média do partido. Demonstrando também uma maior fidelidade partidária dos eleitores do PSDB em relação ao PP neste caso.

A fim de observar o nível de variação dos partidos mais relevantes na Fronteira Oeste, expusemos na Tabela VIII aqueles partidos com mais de 1% da votação em ao menos um dos cargos.

Considerando os partidos com variações altas, com exceção do PTB os demais partidos tiveram uma variação de mais de 200%, ou seja, duas vezes o dobro da votação entre um cargo e outro.

No caso do PTB, observamos a presença de dois fortes candidatos com base fixada na região que disputaram um cargo para a Assembleia Legislativa. Porém, não acontece o mesmo quando observamos a disputa para a Câmara dos Deputados. Ao passo que na disputa para Deputado Federal o PTB não lançou candidatos fortes com base fixada na Fronteira Oeste, o que acaba incidindo na variação alta encontrada nas votações deste partido. Além do mais, deve ser levada em consideração a migração do Deputado Federal Danrlei, que saiu do PTB para o PSD, ao passo que este candidato mesmo não sendo da região, tem uma boa aceitação dos eleitores da fronteira oeste.

Já o PC do B, diferentemente do PTB, não teve um candidato que migrou de partido, mas sim de cargo. É o caso da antes Deputada Federal Manuela D'ávila, que concorreu em 2014 ao cargo de Deputada Estadual, deixando uma lacuna na votação para Deputado Federal do seu partido.

Tabela VIII – Variação dos partidos na votação para Deputado Federal e Estadual na Fronteira Oeste

Partido	Variação (%)	Nível
PP	16,20	Baixa
PT	32,29	Baixa
PDT	69,07	Média
PMDB	1,04	Baixa
PSDB	54,06	Média
PTB	154,23	Alta
PSB	12,56	Baixa
PSD	58,58	Média
DEM	463,10	Alta
PC do B	229,84	Alta
PR	16,94	Baixa
PRB	23,54	Baixa
SD	294,21	Alta

Fonte: TSE (2014); Elaboração própria.

Podemos observar ainda, que a maioria desses partidos considerados relevantes, obteve uma variação baixa entre as votações dos dois cargos na Fronteira Oeste. O que poderia nos informar em alguma medida uma razoável institucionalização desses partidos na Fronteira Oeste, ao passo que os partidos conseguem receber votações similares nos dois cargos Legislativos.

Note-se que o PMDB teve uma variação de apenas 1,04%, com uma diferença de cerca de apenas 300 votos entre um cargo e outro. Assim, este partido conseguiu manter uma estabilidade na votação dos cargos, pressupondo o mesmo nível de força na eleição para Deputado Federal e para Deputado Estadual.

O PSD, agora partido do Deputado Federal Danrlei, obteve variação média, mesmo com a dobradinha feita com o Deputado Estadual Mario Jardel. Porém, o

primeiro buscava reeleição, já possuindo um bom capital político, ao passo que o segundo participava pela primeira vez de uma disputa política. Ainda com uma diferença expressiva de votos entre os dois, ambos se elegeram em seus cargos, demonstrando que a dobradinha realizada surtiu efeito.

Agora considerando os três partidos (PP, PT e PDT) mais bem votados na Fronteira Oeste, algumas tabelas foram elaboradas a fim de observar como ocorreu a variação na votação desses partidos em cada município.

O PDT na maior parte dos municípios obteve variações bastante altas. Podemos ressaltar no município de Alegrete a presença do candidato a Deputado Federal Afonso Motta com base neste município que recebeu uma votação bastante incisiva. Porém, ao observarmos os candidatos a Deputado Estadual, que foram votados neste mesmo município, a soma de todos não chegou nem a 20% da votação de Afonso Motta.

Tabela IX – Variação do PDT entre a votação para Deputado Federal e Estadual nos municípios da fronteira oeste

Municípios	Variação (%)	Nível
Alegrete	494,07	Alta
Barra do Quaraí	45,45	Baixa
Itacurubi	24,74	Baixa
Itaqui	145,41	Alta
Maçambará	51,96	Média
Manoel Viana	10,56	Baixa
Quaraí	87,22	Média
Rosário do Sul	105,79	Alta
Santa Margarida do Sul	0,36	Baixa
Santana do Livramento	257,32	Alta
São Borja	325,72	Alta
São Gabriel	1,68	Baixa
Uruguaiana	255,74	Alta

Fonte: TSE (2014); Elaboração própria.

Já o município de São Borja teve a mesma característica de Alegrete. O candidato a Deputado Federal do partido pedetista Tiago Cadó levando um número

expressivo de votos para seu partido. Porém, os candidatos a Deputado Estadual não conseguiram fazer votações expressivas neste município, ao passo que, juntos não conseguiram somar nem 30% da votação de Tiago Cadó.

Porém, não é só de variações altas que é caracterizado o PDT. Em Santa Margarida do Sul, sua variação foi de 0,36%, com apenas dois votos separando a votação para Deputado Federal e Estadual do partido neste município. Além disso, São Gabriel também obteve uma variação baixíssima, 1,68%. Neste município, apenas pouco mais de 100 votos separaram a votação entre os dois cargos.

O Partido dos Trabalhadores, dentre os 13 municípios da fronteira oeste, 9 tiveram variação baixa na votação deste partido. Assim, apenas em São Gabriel e em Quaraí a variação foi caracterizada como alta.

Tabela X – Variação do PT entre a votação para Deputado Federal e Estadual nos municípios da Fronteira Oeste

Municípios	Variação (%)	Nível
Alegrete	14,81	Baixa
Barra do Quaraí	33,39	Baixa
Itacurubi	25,29	Baixa
Itaqui	98,75	Média
Maçambará	9,44	Baixa
Manoel Viana	19,19	Baixa
Quaraí	117,57	Alta
Rosário do Sul	30,47	Baixa
Santa Margarida do Sul	49,10	Baixa
Santana do Livramento	72,43	Média
São Borja	14,32	Baixa
São Gabriel	103,90	Alta
Uruguaiana	9,70	Baixa

Fonte: TSE (2014); Elaboração própria.

Essas baixas variações do PT nos municípios da Fronteira Oeste podemos considerar como um reflexo um maior nível de identificação partidária de seus eleitores com o partido. Veiga (2007) em seu trabalho sobre identificação partidária já nos alertava sobre essa fidelidade dos eleitores do PT com o partido, ao passo

que, é o único partido que recebe votações relevantes em sua legenda.

Além do mais, Partido dos Trabalhadores possuiu sempre a estratégia de uma maior promoção da imagem do partido. Assim, esse partido manteve como estratégia um nível bastante elevado de democracia intrapartidária, um baixo grau de rotatividade dos seus deputados e a promoção do voto na sua legenda (SAMUELS, 1997). Assim, os políticos do PT conforme aponta Samuels (1997) “têm se mostrado capazes de promover a sigla do seu partido a longo prazo”.

Podemos ressaltar ainda que na Fronteira Oeste, o PT não possui um candidato com bastante inserção que desequilibraria a votação entre os cargos. Contudo, o partido tem uma grande fragmentação no número de candidatos que recebem votações na fronteira oeste, porém, com votações fiéis à sigla partidária que eles representam.

O Partido Progressista, assim como o PT, abarcou 9 dos 13 municípios com variação baixa na votação entre os cargos. Porém, apenas no município de Santa Margarida do Sul a variação do partido foi alta. Isso porque no município a votação do Deputado Federal Luis Carlos Heinze foi bastante expressiva para o partido, ao passo que não teve o mesmo êxito com nenhum dos candidatos a Deputado Estadual.

Em São Borja, município da base eleitoral de Luis Carlos Heinze, obteve uma baixa variação entre os cargos. Porém, também é base de um vereador influente do município que foi candidato a Deputado Estadual em 2014. É o caso de José Luiz Dornelles, que abarcou muitos votos em São Borja, equilibrando a votação entre Deputado Federal e Estadual do PP neste município.

Considerando Santana do Livramento, o município ficou com a menor variação entre as votações do PP, 7,93%. Neste município o partido recebeu sua votação bastante fragmentada em diversos candidatos, tanto para Deputado Federal, quando para Deputado Estadual. Porém, o PP conseguiu uma votação bem similar entre os dois cargos, o que poderia nos demonstrar uma boa institucionalização deste partido em Santana do Livramento.

Além disso, Uruguaiana é um município com grande abrangência do Partido Progressista. Por mais que a variação tenha sido média, este partido manteve-se entre os dois mais fortes em ambas as disputas. O motivo dessa variação como já foi salientado, foi o lançamento de um forte candidato a Deputado Estadual pelo PSDB, que pode ter retirado alguns votos de candidatos do PP, especialmente do

Deputado Estadual Frederico Antunes.

Tabela XI – Variação do PP entre a votação para Deputado Federal e Estadual nos municípios da Fronteira Oeste

Municípios	Variação (%)	Nível
Alegrete	22,95%	Baixa
Barra do Quaraí	11,97%	Baixa
Itacurubi	34,15%	Baixa
Itaqui	49,43%	Baixa
Maçambará	23,15%	Baixa
Manoel Viana	11,50%	Baixa
Quaraí	23,32%	Baixa
Rosário do Sul	54,72%	Média
Santa Margarida do Sul	210,00%	Alta
Santana do Livramento	7,93%	Baixa
São Borja	24,74%	Baixa
São Gabriel	70,97%	Média
Uruguaiana	65,57%	Média

Fonte: TSE (2014); Elaboração própria.

Podemos destacar ainda, que o partido em largas vezes lança candidatos com base em Uruguaiana, já que seu eleitorado também tende a ser bastante fiel aos candidatos do próprio município. Vale destacar que neste município, o PP ainda possui bastante influência na sua Câmara municipal, demonstrando a grande aceitação dos eleitores com esse partido.

A partir disso, podemos observar que na maioria das vezes o eleitorado mostra-se fiel aos candidatos caseiros. Assim, aqueles partidos que lançam candidatos regionais, possuem maiores chances de manterem-se fortes nas duas disputas, como no caso do PSDB em Uruguaiana com a dobradinha dos Felice.

Diferentemente do que apontava na literatura (SAMUELS, 1997; MAINWARING, 2001; MAINWARING; TORCAL, 2005), os partidos se mostraram ao menos um pouco institucionalizados, ao passo que na fronteira oeste as votações dos partidos se mostraram com variações baixas. Demonstrando uma relativa estabilidade na votação dos partidos entre os dois cargos em uma mesma eleição.

Assim, podemos observar que para os eleitores da Fronteira Oeste os partidos parecem ter relevância. Além do mais, principalmente o PP mantém-se bastante estável nas suas votações na Fronteira Oeste, muito por influência de possuir candidatos com base eleitoral fixada na região.

Portanto, as variações encontradas juntamente com as correlações, conseguiram nos apontar tanto a força dos partidos nos municípios, quanto a importância das agremiações para a decisão do eleitor. Desta forma, conseguimos encontrar traços partidários bastante fortes presentes nesta região do estado gaúcho.

4. Considerações Finais

Nosso trabalho buscou investigar a presença de traços partidários entre as votações dos partidos nas eleições para Deputado Federal e Deputado Estadual na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. A pesquisa ao estudar essas duas eleições no ano de 2014, partiu da premissa de que não seriam encontradas características de voto partidário na região fronteira devido à baixa identificação partidária do eleitorado, o que confirmaria práticas personalistas entre as votações dos dois cargos.

A partir da realização das correlações e cálculo de variação, refutamos parcialmente nossa hipótese que afirmava que não teríamos traços de voto partidário, fazendo com que não houvesse um padrão das votações dos partidos. Assim, encontramos resultados que contrariaram a literatura da ciência política que apontava uma baixa identificação partidária, incidindo no voto personalista presente nas eleições proporcionais.

Foi possível perceber que as correlações realizadas mostraram a equidade do desempenho dos partidos políticos, ao passo que na grande maioria das vezes os mesmo partidos figuram entre os mais votados independentemente do cargo em disputa. Assim, as correlações nos indicaram a força dos partidos na região, ou seja, quanto maior foi a correlação, maior é a equidade na posição ocupada pelo partido entre as eleições para Deputado Federal e Estadual.

A partir disso, conseguimos observar uma estabilidade da força dos partidos entre as duas eleições. Assim, foi encontrado um nível elevado de enraizamento de determinados partidos nos municípios da Fronteira Oeste gaúcha. Assim quanto maior foi a correlação, maior foi a equidade da posição final de cada partido na disputa para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados, evidenciando a força dos partidos nos municípios.

Percebemos, portanto, que nossas correlações demonstraram na verdade um indicativo dos partidos mais fortes a nível local. Assim, as correlações realizadas estão baseadas nas posições ocupadas pelos partidos nas eleições. Portanto, os valores de correlação encontrados demonstraram, sobretudo, a força dos partidos nos respectivos municípios.

Desta forma, encontramos uma menor pulverização dos partidos votados nesses municípios. Ao passo que os mesmos partidos sempre figuram entre os mais votados independentemente do cargo. Assim, mesmo que exista um sistema partidário bem fragmentado, muitos partidos não se conseguiram ser relevantes eleitoralmente.

Além do mais, nos municípios menores foi percebida uma maior chance dos eleitores utilizarem os partidos como atalhos cognitivos para a decisão do sufrágio. Diferentemente, nos municípios médios e grandes, pode haver um maior distanciamento das agremiações com o eleitorado, fazendo com que o eleitorado utilize da personalidade do candidato para sua decisão.

Na maioria das vezes os partidos tendem a lançar candidatos em municípios médios ou grandes. Assim, aqueles partidos que lançam candidatos regionais, possuem maiores chances de manterem-se fortes nas duas disputas regionais, já que o eleitorado mostra-se fiel aos candidatos caseiros.

Portanto, foi possível observar que em municípios maiores, existe uma maior dificuldade de o voto possuir traços mais partidários. Isso ocorreria porque nesses municípios, normalmente os partidos lançam candidatos caseiros. Diante disso, as estratégias dos candidatos acabam sendo mais voltadas à própria imagem, para que seja mais fácil a identificação dos eleitores do seu município.

Também foi perceptível a presença dos blocos ideológicos como atalhos cognitivos, ao passo que os blocos de esquerda e direita tiveram correlações elevadas, demonstrando que os eleitores se mostram bastante ideológicos nessa região. Assim, o eleitor pareceu identificar as ideologias que os representavam nas figuras dos candidatos a Deputado Federal e Estadual, votando com maior equidade nos blocos com maior clareza ideológica.

Além disso, ao serem analisadas as variações podemos completar nossa investigação, já que foram observados que além dos partidos se mostrem fortes, as variações demonstraram que a maioria das votações entre os cargos se constituíram com diferenças baixas entre as disputas. Portanto, a maioria dos partidos não teve nem 50% de diferença entre as votações para Deputado Federal e Estadual, demonstrando alguma semelhança entre as votações dos partidos na região.

Assim, novamente contrariando a literatura, ao passo os partidos se mostraram importantes para a decisão do eleitor, já que na Fronteira Oeste as votações dos partidos se mostraram com variações baixas. Demonstrando uma

relativa estabilidade na votação dos partidos entre os dois cargos.

Diante desse trabalho foi possível observar que para os eleitores da Fronteira Oeste os partidos parecem ter relevância. Principalmente aos eleitores do PP que mantiveram uma estabilidade nas suas votações na Fronteira Oeste, muito por influência de possuir candidatos com base eleitoral fixada na região.

Assim, as variações encontradas juntamente com as correlações nos apontaram tanto a força dos partidos nos municípios, quanto à importância dessas agremiações para a decisão do eleitor. Desta forma, conseguimos encontrar traços partidários bastante fortes presentes nesta região do estado gaúcho.

Desta forma, a hipótese que norteava nosso trabalho foi refutada parcialmente, contrariando até mesmo a literatura da Ciência Política. Onde afirmavam que o sistema partidário brasileiro era fraco, com baixo enraizamento dos partidos.

Portanto, nosso trabalho se constituiu de forma a tentar comprovar a baixa identificação partidária a partir das correlações e índice de variação que foram investigados. Assim, descobrimos que na verdade o eleitor da Fronteira Oeste é bastante identificado com as agremiações.

5. Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso de; DIAS, Marcia Ribeiro. Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 2, n. 2, 2002.

AMES, Barry. A estratégia eleitoral na representação proporcional com lista aberta. São Paulo: **Caderno Metropolitano**, v.14, n. 27, pp. 59-87, jan/jun 2012.

BOHN, Simone; PAIVA, Denise. A volatilidade eleitoral nos Estados. Curitiba: **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 33, p. 187-208, 2009.

CARNEIRO, Leandro Piquet; SCHMITT, Rogério Augusto. Eleições casadas, resultados nem sempre solteiros: campanhas proporcionais e imagem partidária no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Campinas: **Opinião Pública**, v. 3, n. 1, p. 64-87, 1995.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO; Maria D'alva. Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002). Rio de Janeiro: **Dados**, v. 47, n. 1, p. 131 a 168, 2004.

COREDE-FO. **Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste: Planejamento Estratégico (2010-2020)**. Governo do Rio Grande do Sul, 2010.

DAMIN, Cláudio Júnior; REBELLO, Maurício Michel; MARTINS, Leonardo Teixeira. O subsistema partidário da Fronteira Oeste gaúcha (2002-2014). Pelotas: **Pensamento Plural**, n. 17, p. 29-50, 2016.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FARIAS, Ana Maria Lima de; PESCO, Dirce Uesu. Taxas e Índices. Universidade Federal Fluminense: **Conteúdos Digitais de Matemática e Estatística**, 2016. Disponível em: <http://www.uff.br/cdme/taxa/taxa-html/taxaseindices.pdf>. Acesso em: 02/11/2016.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; *et al.* Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson: O retorno. **Leviathan - Cadernos de Pesquisa Política**, n. 8, pp. 66-95, 2014.

GROHMANN, Luis Gustavo Mello. **Representação política, sistema eleitoral e sistema partidário: análise comparativa do Estado do Rio Grande do Sul de 1966 a 1994**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

KAWABATA, Thatiane. **Deteção de outliers espaciais: refinamento de similaridade e desempenho**. Dissertação de Mestrado. São José do Rio Preto: Universidade Estadual de São Paulo, 2015.

LIMA, Juliana Macedo de. Eleições no Rio Grande do Sul: como foi a política rio-grandense de 1979 a 2010? In: COLVERO, Ronaldo Bernardino; JOVINO, Danilo Pedro; SEVERO, Marconi (Orgs.). **Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai**. São Borja: Faith, 2015.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy. A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. Rio de Janeiro: **Dados**, v. 37, n. 1, p. 43-79, 1994.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. **Opinião Pública**, v. 11, n. 2, p. 249-286, 2005.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. FGV Editora, 2004.

_____. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. Rio de Janeiro: **Dados**, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.

NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy J. (Org.). **Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

RADMANN, Elis Rejane Heinemann. **O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

REIS, Fábio Wanderley. Identidade, política e a teoria da escolha racional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 6, p. 26-38, 1988.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. Rio de Janeiro: **Dados**, v. 40, n. 3, 1997.

SILVEIRA, Flávio Eduardo. Escolha intuitiva: nova modalidade de decisão do voto. Campinas: **Opinião pública**, v. 2, n. 2, p. 95-116, 1994.

SPMDR-RS. Perfil Socioeconômico Corede Fronteira Oeste. **Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2015.

TAVARES, José Antônio Giusti. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

TRINDADE, Hélio; NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)**. Editora da Universidade Federal do Sul, 1991.

TSE. **Resultados eleitorais para Deputado Federal e Estadual**. Tribunal Superior Eleitoral, 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antigos/eleicoes-antigos>. Acesso em: 24/05/2016.

VEIGA, Luciana Fernandes. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. Campinas: **Opinião pública**, v. 13, n. 2, p. 340-365, 2007.